

Barueri/SP, 31 de janeiro de 2025

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024..

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Evooy Administradora de Consórcio LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **42.735.881/0001-39** neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **semestre** findo em **31 de dezembro de 2024**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- I – Relatório da Administração;
- II – Balanço Patrimonial;
- III – Demonstração de Resultado;
- IV – Demonstração do Resultado Abrangente;
- V – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- VI – Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- VII – Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- VIII – Notas Explicativas;
- IX – Relatório do Auditor Independente.

2. Por fim, cumpre salientar que a alta administração da **Evooy Administradora de Consórcio LTDA** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

Marcelo Luís Lucindo de Souza

Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza

TC CRC: SP 284247/O-4



I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Evoy Administradora de Consórcio LTDA, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício/semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

O lucro do semestre findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 4.380.723,69

A autorização de funcionamento foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 16/06/2021, sendo que só foi possível o início das atividades e integralização do capital em 15/07/2021, data de inscrição do cadastro nacional de pessoas jurídicas junto à Receita Federal.

A DIRETORIA

Marcelo Luís Lucindo de Souza

Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza

TC CRC: SP 284247/O-4

II BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>NOTAS</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>NOTAS</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE		<u>10.797</u>	<u>3.139</u>	CIRCULANTE		<u>3.519</u>	<u>859</u>
DISPONIBILIDADE				PASSIVO CIRCULANTE			
DEPOSITO BANCARIO				OBRIGACOES A PAGAR			
CAIXA ECONOMICA		15		FORNECEDORES DE SERVIÇOS		1.598	193
CREDITO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.1	8.652	1.699	OBRIGACOES SOCIAIS A PAGAR			
DIREITOS REALIZAVEIS				BRIG. SOCIAIS, TRABAL. E PREVID.		17	23
DUPLICATAS A RECEBER		1.607	1.199	PROVISÃO P/ PROCESSOS JUDICIAIS		88	
ADIANTAMENTO A TERCEIROS		189	202	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.4; 3.7	1.815	643
ACORDOS JUDICIAIS		282		NÃO CIRCULANTE			
IMPOSTOS RECUPERAVEIS	3.3	52	39	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>82</u>	<u>986</u>
NÃO CIRCULANTE		<u>377</u>	<u>284</u>	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		82	986
IMOBILIZADO				PATRIMONIO LIQUIDO			
BENS MÓVEIS		377	284	CAPITAL SOCIAL	3.5	1.500	1.500
				RESERVA DE LUCROS		6.074	78
				RESERVA LEGAL		378	78
				RESERVA DE LUCROS		5.696	
TOTAL DO ATIVO		<u>11.174</u>	<u>3.423</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>11.174</u>	<u>3.423</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u>	<u>NOTA</u>	<u>31/07/2024 A</u> <u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
RECEITAS OPERACIONAIS				
RECEITAS OPERACIONAIS	3.2.1	51.936	83.187	29.530
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		139	202	135
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		5.894	9.460	3.302
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		46.181	73.928	26.363
DESPESAS OPERACIONAIS				
DESPESAS OPERACIONAIS		15	31	24
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		2.889	4.925	1.752
DESPESAS GERAIS				
DESPESAS GERAIS		36.403	59.589	22.193
DESPESAS FINANCEIRAS		38	85	14
DESPESAS TRIBUTARIAS		86	122	30
DESPESAS COM PROVISÕES		88	88	
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		2	5	0
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS		1	1	178
= RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		6.665	9.093	2.172
CONTRIBUICAO SOCIAL	3.7	608	826	165
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	3.7	1.677	2.272	440
= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO		4.381	5.995	1.567

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IV - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de Reais)

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</u>	<u>EXERCÍCIO DE 2024</u>	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	5.995
PARCELA DOS SÓCIOS	-	-
(-) AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	-	-
(=) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES ANTES DA RECLASSIFICAÇÃO	-	-
AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECLASSIFICADOS PARA RESULTADO	-	-
(=) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
PARCELA DOS SÓCIOS	-	-
(=) RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	-	5.995
(=) PARCELA TOTAL DOS SÓCIOS - NÃO CONTROLADOS	99%	5.935
(=) PARCELA TOTAL DOS SÓCIOS - CONTROLADO	1%	60
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		5.995

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

V - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

EXERCÍCIO 2024	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVAS LEGAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS INICIAIS	1.500	78	0	0	1.578
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO				5.995	5.995
DESTINAÇÃO DO LUCRO					
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE LUCRO	0	300	5.696	-5.995	0
DIVIDENDOS A PAGAR	0	0	0	0	0
DIVIDENDOS PAGOS	0	0	0	0	0
SALDOS FINAIS	1.500	378	5.696	0	7.574

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VI - DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO (Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>RUBRICA</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>RUBRICA</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
ATIVO CIRCULANTE	1.0.0.00.00-7	29.509	7.023	PASSIVO CIRCULANTE	4.0.0.00.00-8	29.509	7.023
DISPONIBILIDADES	1.1.0.00.00-6	0	0	OUTRAS OBRIGACOES	4.9.0.00.00-9	29.509	7.023
DEPOSITOS BANCARIOS	1.1.2.00.00-2	0	0	OBRIGACOES DIVERSAS	4.9.8.00.00-3	29.509	7.023
DEPOSITOS BANCARIOS	1.1.2.92.00-3	0	0	OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS	4.9.8.82.00-7	9.459	3.073
APLICACOES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	1.2.0.00.00-5	15.552	3.893	GRUPOS EM FORMAÇÃO	4.9.8.82.05-2	6	5
OUTRAS	1.2.9.00.00-2	15.552	3.893	RECEBIMENTOS NAO IDENTIFICADOS	4.9.8.82.07-6	17	0
APLICACOES FINANCEIRAS	1.2.9.90.00-5	15.552	3.893	CONTR.CONSORCIADOS NÃO CONTEMPLADOS	4.9.8.82.10-0	9.436	3.067
DISPONIBILIDADES DO GRUPO	1.2.9.90.12-2	5.627	1.742	VALORES A REPASSAR	4.9.8.86.00-3	2.124	162
VINCUL.CONTEMPLADOS	1.2.9.90.35-9	9.925	2.151	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	4.9.8.86.10-6	1.629	23
OUTROS CREDITOS	1.8.0.00.00-9	13.957	3.130	PRÊMIOS DE SEGUROS	4.9.8.86.15-1	169	92
VALORES ESPECIFICOS	1.8.7.00.00-0	13.957	925	MULTA RESCISÓRIA	4.9.8.86.22-3	306	46
DIREITOS JUNTO A CONS.CONTEMPLA	1.8.7.93.00-0	13.957	925	OUTROS RECURSOS	4.9.8.86.35-7	20	1
NORMAIS	1.8.7.93.05-5	13.931	3.128	OBRIG.POR CONTEMPLA ENTREGAR	4.9.8.91.00-5	9.935	2.150
EM ATRASO	1.8.7.93.15-8	25	2	BENS PENDENTES DE ENTREGA	4.9.8.91.00-5-01	19.414	4.009
EM COBR.JUDICIAL	1.8.7.93.20-6		0	(-) AQUISIÇÃO DE BENS	4.9.8.91.00-5-02	-10.215	-1.932
COMPENSACAO	3.0.0.00.00-1	2.242.427	904.298	RENDIMENTO VINCULADO CONTEMPLA	4.9.8.91.00-5-04	531	68
CONSORCIO	3.0.7.00.00-2	2.242.427	376.413	DEVOLUÇÃO CANCEL/CONTEMP	4.9.8.91.00-5-07	679	15
PREV.MENSAL RECA RECEB.CONSOR	3.0.7.75.00-6	3.057	1.487	(-) VALORES DEV.CANC/CONTEMP	4.9.8.91.00-5-08	-473	-10
CONTRIBUICOES DEVIDAS AO GRUPO	3.0.7.78.00-3	1.142.517	460.861	RECA DEVA CONSORCIADOS	4.9.8.94.00-2	5.644	877
VR. BENS OU SERVA CONTEMPLAR	3.0.7.82.00-6	1.096.854	441.950	DESISTENTES OU EXCLUÍDOS	4.9.8.94.20-8	5.644	877
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.99-3	2.271.936	911.321	RECURSOS DO GRUPO	4.9.8.98.00-8	2.346	760
				FUNDO DE RESERVA	4.9.8.98.15-6	1.475	467
				FUNDO RESERVA TRANSFFDO COMUM	4.9.8.98.16-3	111	109
				FUNDO RESA RECCONSORCONTEMPLA	4.9.8.98.17-0	561	138
				REND.APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.9.8.98.20-4	147	21
				MULTAS E JUROS MORATÓRIOS	4.9.8.98.30-7	136	30
				ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS	4.9.8.98.50-3	6.263	303
				(-) ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.9.8.98.60-6	-6.349	-310
				COMPENSACAO	9.0.0.00.00-3	2.242.427	904.298
				CONSORCIO	9.0.7.00.00-4	2.242.427	376.413
				RECMENSAIS RECEBER CONSORCIADOS	9.0.7.75.00-8	3.057	1.487
				OBRIG.DO GRUPO POR CONTRIBUICAO	9.0.7.78.00-5	1.142.517	460.861
				BENS OU SERV A CONTEMP -VALOR	9.0.7.82.00-8	1.096.854	441.950
				TOTAL GERAL DO PASSIVO	9.9.9.99.99-5	2.271.936	911.321

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

VII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

(Em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
DISPONIBILIDADES	7.574	0	3.893
CAIXA	0	0	0
DEPOSITOS BANCARIOS	0	0	0
CHEQUES EM COBRANCA	0	0	0
APLIC. FINANC. GRUPO	1.893	0	1.742
APLIC. FINANC. VINC. CONTEMPLA	5.680	0	2.151
(+) RECURSOS COLETADOS	63.838	141.234	37.773
CONTRIBUICOES P/AQUISICAO DE BENS	9.271	21.132	4.804
TAXA DE ADMINISTRACAO	52.106	114.214	31.146
CONTRIBUICOES AO F.DE RESERVA	901	2.365	779
REND.DE APLIC.FINANCEIRAS	446	768	100
MULTAS E JUROS MORATORIOS	131	273	60
PREMIOS DE SEGUROS	936	2.401	872
CUSTAS JUDICIAIS	0	0	0
REEMBOLSO DE DESPESAS DE REGISTRADAS	0	0	0
OUTROS	47	81	12
(-) RECURSOS UTILIZADOS	55.860	125.681	33.881
AQUISICAO DE BENS	4.331	10.215	1.932
TAXA DE ADMINISTRACAO	50.248	112.586	31.123
MULTAS E JUROS MORATORIOS	65	136	30
PREMIOS DE SEGUROS	870	2.232	779
CUSTAS JUDICIAIS	0	0	0
DEVOLUCAO A CONSORCIADOS DESLIGADOS	327	473	10
DESPESAS DE REGISTRO DE CONTRATACAO	0	0	0
OUTROS	18	39	6
DISPONIBILIDADES	15.552	15.552	3.893
CAIXA	0	0	0
DEPOSITOS BANCARIOS	0	0	0
CHEQUES EM COBRANCA	0	0	0
APLIC. FINANC DO GRUPO	5.627	5.627	1.742
APLIC. FINANC. VINC. CONTEMPLA	9.925	9.925	2.151

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IX - NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Contexto operacional

A Evoy Administradora de Consórcios Ltda. (“Instituição” ou “Administradora”), é uma sociedade limitada que foi constituída de acordo com a Circular nº 3.260/04 do Banco Central do Brasil - BACEN, e teve seu funcionamento autorizado pelo BACEN a administrar grupos de consórcios, conforme publicação do Diário Oficial da União em 16 de junho de 2021.

Em 23 de Agosto de 2023, a matriz da Instituição alterou seu endereço, passando a ser sediada na Av. Copacabana, nº 325, Sala 1511, Setor 2, Dezoito do Forte empresarial/Alphaville, Barueri/SP. Além disso, na mesma data foi realizada a constituição de duas filiais, uma delas localizada na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145, sala 402 e 404, Mogi das Cruzes/SP.

A Evoy Administradora de Consórcios Ltda. tem por objetivo social a formação, organização e administração de grupos de consórcios, destinados à aquisição de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN. As demonstrações financeiras são expressas em reais, que é a moeda funcional da Administradora de Consórcios Evoy.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 – As aplicações interfinanceiras de liquidez e valores mobiliários estão registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos de rendimentos incorridos até a data do balanço.

3.2 - As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Administradora são reconhecidas pro rata temporis pelo regime de competência de exercícios, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021.

3.2.1 – A taxa de administração é reconhecida na competência do efetivo recebimento das contraprestações dos consorciados, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 47.

3.3 Impostos recuperáveis

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações.

3.4 Impostos e Contribuições a recolher.

Pis/Cofins - referente a rendimentos de aplicação financeira e ao faturamento, saldo referente ao mês 12/2024.

IRRF e CRF – Referentes aos serviços tomados obrigados a retenção, saldo referente ao mês 12/2024.

3.5. Capital Social

O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido

em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em 15/07/2021 com a constituição da empresa.

Distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
Marcelo Luís Lucindo de Souza	1.485.000	R\$ 1.485.000,00
Elisabete Silva dos Santos	15.000	R\$ 15.000,00
TOTAL	1.500.000	R\$ 1.500.000,00

3.6. Limite de Alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido no artigo 1º da Circular Bacen nº 3.524, de 03/02/2011, é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido ajustado obtido através dos seguintes fatores:

SALDO DOS GRUPOS - CONTA 09.0.0.0 - 7 (4350)	15.552
(-) APLICACAO FINANCEIRA VINC. CONTEMPL - CONTA 09.6.0.0 - 9 (4350)	- 9.925
PASSIVO CIRCULANTE DA ADM - CONTA 4.0.0.00 - 8 (4010)	3.60
(-) PENDENTE DE RECEB. COBRANÇA JUDICIAL - CONTA 4.9.8.93.2.0 - 9 (4010)	0
RESULTADO	9.227
DIVISOR	0
(=) RESULTADO DA DIVISÃO	1.538
PATRIMÔNIO LIQUIDO MINIMO EXIGIDO BACEN (1)	1.538
PATRIMÔNIO LIQUIDO JUNHO 2024	3.193
CONTAS DE RESULTADO CREDORAS - CONTAS 7.0.0.00.00 - 9	52.077
(-) CONTAS DE RESULTADOS DEVEDORAS - CONTA 8.0.0.00.00 - 6	-47.696
(-) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0
(-) LUCROS DISTRIBUIDOS	0
PATRIMÔNIO LIQUIDO AJUSTADO DEZ/2024 (1)	7.574

3.7. Imposto de renda e Contribuição social

São calculados com base nos rendimentos tributáveis: o IRPJ pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais (R\$ 240 para o exercício); a CSLL pela alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor.

<u>IRPJ</u>	<u>2024</u>	<u>CSLL</u>	<u>2024</u>
LUCRO REAL DO PERIODO	9.093	(+) LUCRO ANTES CS	9.182
COMPENSAÇÃO 30% PREJ. FISCAL	0	(+) VR ACRESCIDO NA BASE DE CALCULO	0
PROVISÕES INDEDÚTIVEIS	88	(-) VR EXCLUÍDO BASE DE CALCULO	0
DESPESAS INDEDÚTIVEIS		(=) BASE DE CALCULO CS ANTES DA COMPENSAÇÃO	9.182
DOAÇÃO	1	(X) ALIQUOTA	9%
LUCRO AJUSTADO TRIBUTÁVEL	9.182	(=) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO PERIODO	826
X ALIQUOTA	15%	(+) RESIDUO DO PERIODO ANTERIOR	0
(=) IRPJ A PAGAR	1.377	(-) COMPENSAÇÃO PAGAMENTO A MAIOR	0
LUCRO REAL AJUSTADO DO PERIODO	9.182	(-) CONTR. SOCIAL FONTE	0
(-) PARCELA ISENTA	240	(-) DEDUÇÕES DO IMPOSTO	0
BASE CALCULO DO ADICIONAL	8.942	(=) CONTRIBUIÇÃO FINAL A PAGAR	826
X ALIQUOTA	10%		
(=) IRPJ ADICIONAL A PAGAR	894		
+	1.377		
IR ADICIONAL	894		
(-) IR FONTE			
(=)	2.272		
DEDUÇÕES DO IRPJ PERÍODO			
IRPJ A PAGAR	1.377		
IRPJ ADICIONAL A PAGAR	894		
RESIDUO DE PERIODO ANTERIOR			
(-) COMPENSAÇÃO DE PERIODO ANTERIOR	0		
(=) IRPJ A RECOLHER	2.272	TOTAL:	3.098

3.8 Eventos Subsequentes

Até a presente data não foram verificados eventos que possam alterar substancialmente a posição patrimonial da companhia.

3.9 – Contingências Passivas

A administradora possui processos judiciais em andamento que, conforme parecer do departamento jurídico podem ser consideradas de risco de perda provável, possível e/ou remota, conforme Pronunciamento Técnico CPC 25. Os processos de perda provável quando existentes são reconhecidos no balanço patrimonial em conta do passivo, até sua liquidação final. Com relação aos processos classificados como risco de perda possível e remota, quando existentes, não são constituídas provisões nas Demonstrações Financeiras, que com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administradora acredita que tais processos possivelmente não produzirão efeito material adverso em sua condição financeira.

Cível:

<u>PROVISÃO DO 2º SEMESTRE 2024</u>	<u>QUANTIDADE DE PROCESSOS</u>	<u>VALOR TOTAL PROVISIONADO</u>	<u>RESTITUIÇÃO</u>	<u>INDENIZAÇÃO</u>	<u>HONORÁRIOS</u>
PROVÁVEL	7	R\$ 88.035,80	R\$ 73.281,12	R\$ 11.000,00	R\$ 3.754,68
POSSÍVEL	25	R\$ 596.155,67	R\$ 506.855,25	R\$ 55.639,60	R\$ 33.660,82
REMOTO	203	R\$ 1.183.241,80			
RISCO BAIXADO	6				
<u>TOTAL</u>	<u>241</u>	<u>R\$ 1.867.433,27</u>	<u>R\$ 580.136,37</u>	<u>R\$ 66.639,60</u>	<u>37.415,50</u>

4. Principais práticas contábeis – grupos de consórcio

4.1 – As aplicações financeiras vinculadas aos grupos foram efetuadas junto ao Banco Santander, demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço, observado o regime de competência.

4.2. – Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos do grupo de consórcio.

4.3 – A taxa de administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio.

5. Grupo de consórcio – informações complementares

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>%*</u>
QUANTIDADE DE GRUPOS ADMINISTRADOS	9	
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES NO PERÍODO 07/2024 A 12/2024	70	
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS ATIVOS	4.834	
QUANTIDADE DE COTAS CONTEMPLADAS	279	
QUANTIDADES DE COTAS NÃO CONTEMPLADAS	9.512	
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS QUITADOS	9	
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS EXCLUIDOS	10.990	227,4
QUANTIDADE DE BENS PENDENTES DE ENTREGA	142	
CONSORCIADOS INADIMPLENTES CONTEMPLADOS	22	
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS INADIMPLENTES NÃO CONTEMPLADOS	4.935	102,1
(*) PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO NUMERO DE CONSORCIADOS ATIVOS		

6. Instrumentos Financeiros

A administradora alterou as datas de previsão da implantação do plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução BCB nº 219 de 30.03.2022, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio, em virtude da alteração da Resolução BCB nº 92 de 06.05.2021, através da Resolução BCB nº 320 de 31.05.2023, que dispõe sobre a criação de novos níveis de agregação no elenco de contas do Cosif a partir de 1º de janeiro de 2025.

Marcelo Luís Lucindo de Souza

Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza

TC CRC: SP 284247/O-4

EVOY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da

EVOY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Mogi das Cruzes – SP

Prezados Senhores

Examinamos as demonstrações contábeis da Evoy Administradora de Consórcio Ltda, em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evoy Administradora de Consórcio Ltda, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2024 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para os exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas 3.2 e 3.2.1 às demonstrações contábeis, que descreve sobre a metodologia utilizada pela entidade no reconhecimento e mensuração de receitas com contratos de clientes, conforme sua interpretação quanto aos princípios básicos descritos no Pronunciamento Técnico CPC nº47. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

-Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

-Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou

cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora.

Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos/SP, 28 de maio de 2025.



LUIS EDUARDO AZEVEDO
Contador CRC-SP292909/O
Auditor Independente

FLÁVIO ANTONIO GARRIDO
Contador CRC-1SP094509/O
Auditor Assistente